

POLÍTICA, INSTRUÇÃO PÚBLICA E CIVILIZAÇÃO: UM EXERCÍCIO DE PESQUISA A PARTIR DOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Danilo Araújo Moreira*

lattes.cnpq.br/7848609231948863

Resumo: Durante o século XIX a instrução pública figurou como pauta frequente nos debates políticos do jovem império do Brasil. Nas altas galerias da política nacional e nas salas das assembleias provinciais, a formação escolar dos cidadãos brasileiros foi tema de leis e regulamentos diversos. Iniciava-se neste período a estrutura de ensino público no Brasil independente. Na corte e nas províncias, planejavam-se e fundavam-se faculdades, escolas normais, liceus, externatos, aulas avulsas e outras instituições escolares. Este processo integrou o curso da organização do Estado Nacional no Brasil. No interior deste movimento, a instrução pública foi progressivamente se constituindo como um instrumento a ser utilizado para auxiliar na resolução de algumas questões colocadas às elites imperiais. Pouco ainda tem se discutido, contudo, sobre os discursos e as representações que foram construídas neste processo acerca do valor da instrução, do letramento e da formação escolar. Neste ensaio, buscamos realizar uma reflexão sobre este tema nos orientando pelo seguinte questionamento: ao longo da criação do titubeante sistema de instrução pública da província de Minas Gerais, de que modo a escolarização era abordada nos discursos políticos? A discussão aqui delineada é pautada pelo enfoque sobre uma documentação específica que já foi utilizada em algumas pesquisas em história da educação, mas que ainda consiste em uma fonte de informações importante sobre a organização da instrução pública em Minas Gerais: os Relatórios dos Presidentes da Província.

Palavras-chave: Instrução Pública; Civilização; Discurso Político.

POLITICS, PUBLIC INSTRUCTION AND CIVILIZATION: A RE- SEARCH PRACTICE FROM THE RAPORTS OF MINAS GERAIS PROVINCE PRESIDENTS.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP (Brasil). Bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Contato: daniloop161@gmail.com.

Abstract: During the 19th century the public instruction has figured as a frequent matter in political debates from the early Brazilian Empire. At the highest galleries of national politics and into the provincial assemblies rooms, the scholar formation of brazilian citizens was theme of a huge variety of laws and rules. In this period, the public education structuration has been started at the independent Brazil. At the court and provinces, it was planned and founded new colleges, normal schools, day-schools, lyceums, single classes and other institutions. This process has integrated the organization course of the National State in Brazil. Within this movement, the public instruction was progressively constituting itself as an instrument to be used to help finding the answer of some questions posed to the imperial elite. Only a little has been discussed about the topic yet, however, the speech and representation were built at this process around the value of instruction, the literacy and the school education. In this essay, we seek to reflect about the theme, guiding ourselves by the following question: throughout the creation of this hesitant public instruction system in Minas Gerais' province, in which way did the schooling use to be addressed at the political speeches? The argumentation outlined in this article is marked by the focus on a specific documentation which has already been used in some reaserches in the history of education, but it still represents an important information source about the public instruction organization in Minas Gerais: the Province Presidents' Reports.

Key words: Public Instrucion; Civilization; Public Speech.

* * *

A formação da Instrução Pública em Minas

Em Minas Gerais, a organização da instrução pública começou a ser discutida de forma mais regular em 1835. O primeiro disposto legal sobre a esfera da educação na província, a lei nº13 de 1835, foi redigido em meio aos debates iniciais da recém-fundada Assembleia Legislativa Provincial. A norma emergiu como promessa de regulamentação de um setor do Estado que se encontrava, no entender dos contemporâneos, afundado na informalidade.

Antes deste período, tanto em Minas Gerais quanto no restante do Império, a organização mais comum da educação pública era

resultante das reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, no final do século XVIII¹. Foi Pombal o responsável por estabelecer a educação secular não só no Brasil, mas também nos outros territórios do Império Português. A Reforma Pombalina extinguiu, em 28 de junho de 1759, o sistema de ensino orientado e dirigido pelos estabelecimentos jesuítas, presentes na colônia desde os seus primórdios. Em substituição aos colégios dos inacianos, o alvará pombalino criou as Aulas Régias. Nessa modalidade, o oferecimento da instrução à população livre ficava à cargo do Estado. À coroa portuguesa cabia, a partir de então, contratar e remunerar os professores e estabelecer as normas do ensino régio (CARDOSO, 2003, p.200). Iniciava-se, assim, o que Laerte Ramos de Carvalho chamou de período de “*feitio regalista*” da educação no Brasil (CARVALHO, 2001, p.140).

Contudo, é importante ter em vista algumas questões relevantes acerca do modelo de Aulas Régias pombalino, o qual somente seria alterado nas mudanças advindas com a Independência do Brasil e suas consequências. Teresa Cardoso afirma que o modelo inaugurado com o alvará do Marquês de Pombal, embora atribuísse ao Estado a obrigação de oferecer educação pública e gratuita aos súditos do rei de Portugal, não representou um projeto de extensão da escolarização às camadas populares. Nos finais do século XVIII e início do XIX, a educação não era obrigatória e, conforme a autora, o destino das aulas régias não era a população em geral. Além disso, Cardoso lembra que a estatização do ensino público tampouco representou uma separação entre o ensino religioso e o laico (CARDOSO, 2003, p.201). Ao contrário, como ressalta Laerte Ramos de Carvalho, a doutrina cristã figurou como conteúdo escolar durante todo o oitocentos e a laicização dos currículos somente seria experimentada com a

¹ Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, atuou como secretário de Estado do Reino de Portugal no reinado de D. José I (1750-1777). Com sua política ilustrada, Pombal foi responsável por uma série de reformas administrativas no Reino e em suas colônias, dentre as quais se destaca a da educação. Ver: CARVALHO, 1978; CARDOSO, 2003; FONSECA, 2011.

primeira Constituição republicana, em 1891(CARVALHO, 2001, p.140).

Finalmente, uma das ressalvas mais importantes a serem feitas sobre as Aulas Régias no Brasil diz respeito à sua reduzida abrangência. Segundo Teresa Cardoso, os primeiros concursos públicos para professores régios no Rio de Janeiro só ocorreram quinze anos depois da publicação do alvará de Pombal. A esse período, as escolas, constituídas por reuniões de poucos alunos em aulas avulsas, em geral nas casas dos professores, eram alocadas em poucas cidades da colônia. A atuação do Estado português nas Aulas Régias teve como marcas, segundo a autora, o “*descaso e a omissão quanto aos assuntos da educação pública*”(CARDOSO, 2003, p.203).

A lei imperial de 15 de outubro de 1827, ao ordenar a criação de escolas de primeiras letras nas vilas e cidades mais populosas do Império alterou em parte essa realidade sem, no entanto, modificar de forma significativa o oferecimento da educação pública aos súditos de Pedro I. E, ao retornarmos para as Gerais, o que encontramos no alvorecer do Império não é muito diferente do cenário pombalino. Maria Cristina Soares Gouveia, ao estudar a institucionalização da profissão docente na província de Minas, nos informa que no início da década de 1830, os chamados *mestres-escola*

eram preponderantemente homens(...) e exerciam sua função nas poucas salas de aula, referenciados num modelo de ensino individualizado, não graduado, com um currículo indefinido, e uma prática pedagógica calcada na memorização e repetição de conhecimentos trabalhados de forma assistemática. (GOUVEIA, 2001, p.42)

A atuação desses professores, justamente pela inexistência de uma orientação da política educacional desde a reforma de Pombal, foi marcada pela falta de uniformidade tanto nos métodos de ensino, quanto nos conteúdos e práticas pedagógicas. E esta realidade

figurou como um dos temas principais de discussões políticas extensas sobre a organização da instrução pública em Minas.

Pelo menos desde a década de 1820, o debate sobre a falta de preparo dos professores da província de Minas ocupou espaço nas pautas políticas locais. Walquíria Miranda Rosa (2003) identificou em jornais que circulavam na capital, Ouro Preto, nesse período, uma série de artigos nos quais, cada vez mais, a discussão sobre a organização da instrução dos mineiros se fazia presente. Para a autora, a necessidade crescente de escolarizar a população aliada à urgência em se formar mais e melhores professores foram as justificativas principais da defesa da construção de um sistema de instrução formal em Minas, veiculada nos discursos jornalísticos da época. Ainda segundo Rosa, na elaboração desses discursos, diversas questões foram apontadas como problemas causadores do pouco sucesso da instrução primária na província. Falta de professores bem formados, ausência de regularidade no método de ensino, mau aproveitamento do tempo escolar e inexistência de recursos financeiros destinados à instrução foram queixas constantes tanto nos jornais, quanto nos discursos políticos das autoridades locais. Deste modo, fortaleceu-se nos primeiros anos do Império em Minas Gerais o argumento que afirmava o estado de desorganização e ineficiência que assolava o ramo da instrução pública mineira. Diante da difusão desse debate, setores da elite mineira buscaram uma organização mais robusta para a instrução na província (ROSA, 2003, p.89-94).

Em meio a esse quadro, portanto, é que se promulgou a lei nº 13 de 1835, criando o sistema da instrução pública da província de Minas Gerais. A instrução era entendida à época como ferramenta fundamental para a civilização do povo e da nação. Tratava-se de constituir uma ordem nacional e para tanto era necessário escolarizar o povo. Assim, não só em Minas, mas também em diversas outras províncias, houve a partir desse momento um esforço de ampliação das estruturas de ensino público (ROSA, 2003, p.89). Entretanto, a organização da instrução pública também

guardava relações com outros aspectos da vida política nacional, para além da questão estrita da formação escolar.

A discussão sobre instrução pública e a formação do Estado Nacional

A atenção reservada à instrução pública, do ponto de vista político, durante o período imperial brasileiro tem sido apontada pela historiografia como uma questão essencialmente relacionada com a preocupação de construção e consolidação do Estado Nacional. Para os artífices do poder imperial e provincial a instrução pública ocupava um lugar de destaque no interior de um processo maior de modernização e civilização da sociedade que se queria construir no novo país.

Na historiografia que trata sobre o contexto da estruturação do Estado Nacional no Brasil oitocentista, alguns autores destacam a importância do papel atribuído ao setor da instrução pública. Ilmar Rohloff de Mattos (1987) afirma, nesse sentido, que o Império brasileiro, sobretudo ao longo do segundo reinado, se pautou por uma perspectiva de ampliação do poder do Estado, visando o estabelecimento de um controle político centralizado e a manutenção de uma ordem civilizada. Segundo Mattos, para a realização desses objetivos, era necessário que o poder central alcançasse seus súditos espalhados pelos rincões do território nacional. Assim, foram criadas formas de controle por parte do Estado que se materializaram nos mecanismos da administração pública, dentre os quais o autor destaca os sistemas de ensino e a atuação dos professores. (MATTOS, 1987, p.200-203)

Segundo Mattos, o ato do Estado de criar a carreira de professor público, bem como os sistemas públicos de instrução, representou uma operação que visava não só difundir, por meio do ensino, os princípios de sustentação ideológica do Império, mas também tornar a figura do professor um agente direto do exercício do poder imperi-

al. Deste modo, era através da ação do professorado que a presença do Estado se manifestava, em última instância, dentro do ambiente privado (MATTOS, 1987, p.267). Assim, a formação de uma estrutura pública de ensino emerge neste argumento como um meio pelo qual o Estado imperial buscou se legitimar e, principal e simultaneamente, estabelecer um controle sobre as populações mais distantes².

Também José Murilo de Carvalho, em seu clássico *A Construção da Ordem* (2008), lançou luz sobre a relação entre a instrução pública e a formação do Estado Nacional brasileiro. Carvalho buscou interpretar a formação de uma série de instituições acadêmicas imperiais, como as Academias de Direito e de Medicina e as Escolas de Engenharia do Império, como instrumentos voltados para a homogeneização cultural e política da elite dirigente do país. Segundo o autor, a educação, sobretudo a superior, representava o traço distintivo da elite imperial.

A operação de unificação política, cultural e intelectual da elite se justificava, de acordo com Carvalho, como pauta importante no interior da formação do Estado nacional e somente seria abalada com as transformações e as novas ideias mobilizadas no Brasil a partir da década de 1870. Essa perspectiva, embora fosse focada nas instituições acadêmicas, refletia-se ainda na construção de uma estrutura de ensino secundário (CARVALHO, 2008, p.70-88). Na argumentação de Carvalho, portanto, as ações de promoção da instrução no Império brasileiro aparecem como ferramentas para a capacitação e homogeneização das elites dirigentes, visando prepara-las para a direção da política imperial.

² Ao refletir sobre a formação do serviço de instrução pública na província fluminense, Mattos afirmou que os professores primários se constituíam, no momento da formação do Estado e da classe senhorial, enquanto “os dirigentes ‘mais distantes’” no processo de centralização, visando a manutenção da ordem e a difusão da civilização. Assim, para o autor, as experiências na província do Rio de Janeiro representaram um verdadeiro *laboratório*, de onde a elite saquarema fez derivar as formas de expansão do seu poder para outras regiões. Ver: MATTOS, 1987.

Manuel Luís Salgado Guimarães (1988), por sua vez, apontou para a importância da instrução pública no Império ao refletir sobre a constituição de uma visão histórica específica no pensamento intelectual das décadas posteriores à Independência. O autor considera que a formação de uma identidade coletiva figurou como uma das principais medidas necessárias para a consolidação do Estado Nacional na pauta da elite intelectual. Assim, conforme Guimarães, o campo da instrução pública, locus de formação das novas gerações, passou a representar, ao menos teoricamente, um dos braços mais importantes de execução de uma política cultural definida pelas elites imperiais, no interesse de formar um povo e uma nação (GUIMARÃES, 1988, p.8).

Na historiografia da educação, de modo especial na que trata da educação nas Minas Gerais oitocentistas, as relações entre a institucionalização da instrução pública e o contexto de formação do Estado Nacional brasileiro também têm sido discutidas de forma sofisticada. A necessidade de escolarização do povo, em especial da camada mais pobre, tem sido apontada como um imperativo sempre presente na pauta política do Brasil imperial. Seja para transmitir valores, estabelecer um controle, fomentar a identidade nacional, ou ainda para iniciar a população em conhecimentos voltados para o trabalho, figura em parte dos estudos sobre a história da educação mineira no século XIX a perspectiva política que compreende os investimentos em instrução como parte do processo de construção do Estado Nacional brasileiro (FARIA FILHO, 2013; FARIA FILHO e RESENDE, 2001; FARIA FILHO e XAVIER, 2002; GOUVEIA, 2001; ROSA, 2003; VEIGA, 2002; VEIGA, 2013)

Na esteira dessa produção, diversos temas têm sido trabalhados sob a ótica das políticas educacionais. Como apontou Marcus Vinícius Fonseca (2007), essa abordagem tem se constituído como uma das chaves de análise principais no estudo da instrução pública mineira no oitocentos. Nesse conjunto, têm-se trabalhado temas como os mecanismos de controle e fiscalização da instrução, legislação educacional, atuação de órgãos como o Conselho Geral da Pro-

víncia e as Inspetorias da Instrução pública, dentre outros (FONSECA, 2007, p.49-51).

Vê-se, portanto, que na historiografia que trata da organização política do Brasil imperial, a educação dos brasileiros tem se constituído como um objeto de destaque. Por outro lado, em suas especificidades, os especialistas em história da educação no século XIX têm escolhido como uma de suas abordagens principais a história política.

As relações entre o campo da história política e a história da educação se caracterizam, como afirmou Cynthia Greive Veiga (2003), como a relação entre uma forma de abordagem da História e um objeto específico, a educação. E, nas últimas décadas, essas interseções têm sido influenciadas também pela renovação da história política (VEIGA, 2003, p.19-21).

Em um texto que se tornou caro para os historiadores preocupados com questões políticas, René Rémond (2003) afirmou que as principais contribuições da historiografia recente marcada pelo retorno do político são as afirmações que consideram a esfera política como diretamente ligada a outros domínios da sociedade. Rémond considera que o campo político é dotado de uma autonomia particular, que o distingue e o especifica em relação aos outros, como o cultural e o econômico. No entanto, para o autor, não se deve considerar a esfera política como isenta de influência constante e significativa desses outros campos (RÉMOND, 2003, p.443). Assim, nos estudos históricos atuais, os fenômenos políticos têm sido abordados de forma autônoma, conquanto constantemente em contato com determinantes externas ao próprio campo. Em função deste processo de renovação, têm figurado também como objeto da história política os valores, imagens, tradições, práticas e representações que são compartilhados por grupos sociais específicos e que, entre outras funções, orientam as decisões e práticas políticas num dado contexto.

No que diz respeito à historiografia da educação e mais especificamente àquela que trata da província de Minas Gerais, mesmo nos

trabalhos que se pautam por essa renovada abordagem da história política, pouco ainda tem se discutido sobre as representações que foram construídas no processo de organização da instrução pública e da formação escolar. Entretanto, assim como afirma Veiga,

(...) as interrogações sobre os mecanismos de poder e a própria estrutura de poder na sociedade precisam ser pensadas no âmbito das relações entre o poder e suas representações, sendo necessário, para isto, que o historiador resgate e decodifique a linguagem das representações, compreendendo-as como uma construção histórica. (VEIGA, 2003, p. 27)

Nesse sentido, faz-se ainda necessário um esforço mais detido sobre os discursos e especialmente sobre as representações que foram forjadas no processo de construção do sistema de instrução pública na província de Minas Gerais. Esse esforço se justifica pelo fato de que o conhecimento mais aprofundado sobre as representações construídas em torno da instrução pública pode se alinhar a outros diversos temas e auxiliar na tarefa da compreensão não só do papel político da instrução ao longo do século XIX, mas também da sua função cultural.

Em vista disso, cabe-nos ainda perguntar: ao longo da criação do titubeante sistema de instrução pública da província de Minas Gerais, de que modo a escolarização, a formação letrada, a difusão da instrução – enquanto valores culturais – eram abordados e representados nos discursos dos atores políticos?

Buscando responder a este e a outros questionamentos, vimos desenvolvendo uma pesquisa a partir de uma fonte que, apesar de conhecida, reserva ainda um importante conjunto de informações acerca da realidade escolar de Minas Gerais – e das representações acerca desta – aos pesquisadores interessados em história da educação dispostos à reorientar seu olhar e ampliar seus objetos. Tratam-se dos Relatórios de Presidentes da Província de Minas Gerais e de seus assessores, os Inspectores Gerais da Instrução Pública.

O trato com esses documentos tem demonstrado que, para além das questões tradicionalmente discutidas pela historiografia acerca da organização da instrução pública em Minas Gerais e da sua intrínseca ligação com os objetivos controladores e homogeneizadores do Estado Imperial, os atores envolvidos nesse setor do serviço público se orientavam também por outros interesses. Nas falas das autoridades mineiras, sobre as quais atualmente estamos nos debruçando, os investimentos da província em instrução pública despontam como fator de legitimação de uma certa narrativa sobre o caráter civilizado e progressista de Minas Gerais.

A seguir, apresentamos brevemente esse conjunto documental, discutindo suas características principais e, por fim, a partir do exemplo desses documentos, expomos um exercício de pesquisa acerca das representações sobre a instrução nas Minas Oitocentistas. É importante ressaltar que nosso interesse aqui, considerando o estágio em que a pesquisa se encontra, se concentra não em sugerir uma compreensão completa desses documentos, mas em apontar para outras possibilidades de trabalho com os mesmos.

Discursos e representações nos Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais

Os Relatórios dos Presidentes da Província formam um grupo de documentos de importância fundamental para a história do período imperial em Minas Gerais, e já foi estudado por alguns autores. Em grande parte dos trabalhos de história da educação que os utilizam como fontes, os relatórios são mobilizados para o recolhimento de informações específicas sobre o processo de escolarização em Minas Gerais oitocentista, como a organização de instituições escolares, as estatísticas da instrução pública, os métodos de ensino, a formação de professores, dentre outros. Em pesquisas mais específicas, o objeto é a organização da política educacional expressa nos

relatórios. Ainda assim, embora os discursos dos agentes políticos sejam ressaltados, o foco recai sobre as medidas administrativas da província na organização da educação dos mineiros.

Os relatórios foram produzidos pelas autoridades provinciais ao longo de quase todo o século XIX, entre 1828 e 1887, para a prestação de contas na Assembleia Legislativa. No conjunto, essas fontes se diversificam entre relatórios dos presidentes da província, relatórios de transmissão de administração, falas dirigidas à Assembleia Legislativa Provincial e relatórios do Conselho Geral da Província. Alguns destes, em especial os relatórios dos presidentes da província, costumavam vir acompanhados de anexos dos chefes das várias repartições públicas provinciais, como é o caso do setor da instrução pública (FARIA FILHO e RESENDE, 2001, p.81). Fontes ricas para a pesquisa sobre a História de Minas Gerais, os relatórios versavam sobre os mais diversos assuntos relativos à ação do Estado na província, como obras públicas, segurança, agricultura, comércio e indústria, instrução pública, dentre outros. A partir deles, portanto, é possível se embrenhar nas discussões que orientaram as práticas dirigentes nas políticas provinciais.

Trabalhos importantes já foram realizados tendo como base esse conjunto documental. Esse é o caso, por exemplo, do trabalho publicado por Luciano Mendes de Faria Filho e Fernanda Mendes Resende (2001) acerca dos mesmos. Acompanhando todo o todo o período de produção desses relatórios, os autores realizaram uma pesquisa aprofundada sobre as suas características principais e suas funções, e buscaram destacar as partes referentes à organização da política de instrução pública mineira. Acerca dos discursos políticos presentes nessas fontes, Faria Filho e Resende afirmam que

(...) tais mensagens nada mais fazem que colocar em funcionamento, no plano do discurso político, o aparato retórico oitocentista ainda exaustivamente estudado nos cursos secundários e superiores frequentados por nossos “estadistas”. Convencer que a instrução estava indo para o caminho certo implicava laboriosas operações discursivas que emitiam juízos de valores, analisavam, criticavam, e,

assim, induziam e influenciavam as plateias ou os leitores.
(FARIA FILHO e RESENDE, 2001, p. 83-84)

Entretanto, embora o discurso político e a discussão sobre a instrução apareçam como uma preocupação importante na análise de Faria Filho e Resende, o foco dos autores recai sobre a organização da instrução pública primária, dando-se ênfase a questões mais concretas, como a estatística da instrução, os financiamentos e a formação de professores.

O mesmo conjunto de documentos foi também utilizado como uma das fontes principais do trabalho de Renata Fernandes Maia de Andrade (2007). Em sua dissertação de mestrado, a autora analisou as falas dos relatórios associando-os com outro grupo importante de documentos, a legislação educacional da província de Minas. No trabalho de Andrade, os relatórios foram utilizados para o acompanhamento da execução e da materialização dos pontos discutidos e aprovados na legislação acerca da organização, normatização e institucionalização da instrução pública (ANDRADE, 2007, p.167-169).

Trabalhos como os de Faria Filho e Resende e Andrade têm sido de extrema relevância para a construção do conhecimento sobre estas fontes e sobre a educação mineira no século XIX, período que até poucas décadas atrás não chamava a mesma atenção que recebe nos dias atuais. Todavia, acreditamos que para uma compreensão ainda mais aprofundada sobre o tema da instrução pública nas Minas oitocentistas, emergem como indícios importantes não apenas os objetivos, planos e estratégias políticas por trás da organização do sistema de instrução, mas também as visões e discursos acerca da importância simbólica da mesma. Por isso, entendemos que os Relatórios dos Presidentes da Província e de seus auxiliares representam um conjunto documental que pode ainda contribuir vigorosamente na investigação acerca desses vestígios.

Em nossa pesquisa, vimos nos orientando por essa busca. O trabalho de análise das fontes tem revelado que as falas dos dirigentes da política provincial mobilizavam frequentemente o

tema da instrução pública para construir um discurso de defesa da mesma como um valor da civilização, e ainda visando erigir uma representação acerca da província de Minas como lugar historicamente preocupado com a construção de uma sociedade civilizada. O testemunho de alguns desses atores, no início do terceiro quartel do século XIX, nos auxilia na tarefa de perseguir essas pistas.

No ano de 1871, o então presidente da província Antônio Luiz Affonso de Carvalho apresentava o seu relatório na abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais. Ao se referir ao setor da instrução pública, o presidente buscou apontar as dificuldades da província em estabelecer um sistema de instrução racional e eficiente, ao mesmo tempo em que procurou enaltecer a importância de se investir neste que, em suas palavras, era *“um dos mais graves assumptos de uma administração, que exige activa e continua atenção, porque encerra, pode-se dizer, o presente e o futuro do paiz, que dependem da instrucção e educação do povo.”*³

Nos dizeres do presidente Affonso de Carvalho, a instrução pública, que *“para o povo, é o alimento da sua intelligência”* (RPPMG, 1871, p.40), deveria ser foco de investimentos cada vez maiores, uma vez que junto com outros fatores, representava um requisito para a civilização:

Os dous grandes capítulos no orçamento da civilização não devem ser apenas representados no livro dos gastos officiaes, de modo que se possa dizer, figurarem apenas para que não nos taxem inteiramente de amanhecer para a cultura intellectual e para a civilização economica deste seculo.

A educação nacional e as vias de comunicação devem ter uma dotação conveniente, lembrando-nos que se referem

³ “Relatório Apresentado à Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinária de 2 de março de 1871 pelo presidente o Illm. e Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho.” P.32. Doravante, referenciaremos estes documentos pela sigla RPPMG, seguida do ano de apresentação e da página citada. As referências completas encontram-se ao final do trabalho.

às duas condições que tornão fertil o trabalho – a inteligência e o transporte.

Sem instrução, sem estradas, não há povo civilizado.
(RPPMG, 1871, p.40)

Mais adiante, o presidente seria categórico acerca do valor da instrução : *“Quanto mais instruído fôr o povo, melhor exercerá os seus direitos e mais facilmente desempenhará as suas obrigações.”* E, com ainda mais clareza, determinava: *“(…)Semear a instrução sempre e em toda a parte é dispor uma grande colheita de civilização”* (RPPMG, 1871, p.40).

É interessante notar que essas declarações do presidente Affonso de Carvalho foram proferidas em uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa⁴ que o próprio presidente convocou e em cuja pauta figurava como uma das questões principais um assunto relativo à instrução pública. Tratava-se da organização burocrática da administração do setor.

Desde janeiro de 1871, por deteminação da lei n. 1741, havia sido suprimido o órgão máximo da instrução pública da província, a Diretoria Geral de Instrução Pública. A partir desse disposto, os assuntos referentes ao ensino público ficariam a cargo da secretaria de governo.

Para o presidente Affonso de Carvalho, esta parece ter sido, entretanto, uma medida altamente prejudicial para a educação dos mineiros. Para reverter a situação e revogar o artigo da supressão da Diretoria Geral, sua estratégia foi, como vimos acima, fazer uso da palavra e da retórica e discorrer longamente sobre a importância de se cultivar na província de Minas um valor civilizatório difundido nos lugares mais avançados do Império. Em outros temas, tratava-se mesmo de convencer os deputados e as galerias da Assembleia de que a instrução era um signo de civilização e que

⁴ Por lei, as sessões legislativas da Assembleia provincial tinham início previsto para o dia 1^a de Agosto de 1871. O presidente, fazendo uso de suas atribuições, à convocou extraordinariamente em dezembro de 1870 e a reunião foi realizada em março de 1871.

Em presença do movimento geral de progresso, que se observa em todas as Províncias do Império, principalmente nas do Rio de Janeiro e de S. Paulo, que lhe são vizinhas, não póde a de Minas Gerais ficar quêda, deixar-se em expectativa aguardando d'ação lenta do tempo (...). (RPPMG, 1871, p.6).

Muitos desses atores apontavam em suas falas também as dificuldades, os empecilhos e as particularidades históricas e regionais que impediam um desenvolvimento mais avançado das ações de instrução pública em Minas Gerais. No entanto, parece haver nesses discursos um constante esforço voltado para representar Minas como província consciente da marcha da civilização. Assim, em 1872, outro presidente da província, senador Joaquim Pires Machado Portella, no relatório que enviou ao Vice Presidente Dr. Francisco Leite da Costa Belém, mostrava-se satisfeito em afirmar, por ocasião da inauguração de um museu na Capital, que “os mineiros são amantes dos estabelecimentos literários” (RPPMG, 1872, p.115).

De outro lado, é interessante observar também os discursos de outros agentes públicos da administração provincial. Os inspetores gerais da instrução pública respondiam pela organização do ensino em toda a província e, como afirmamos acima, frequentemente tinham seus relatórios anexados aos dos presidentes da província. Por terem uma ligação mais direta com a direção da instrução pública, seus relatórios costumavam apresentar dados minuciosos sobre todo o sistema, informações referentes a concursos, nomeações, matrículas e aposentadorias e, em alguns casos, análises pessoais acerca dos rumos da instrução pública em Minas.

Um desses funcionários foi Antônio de Assis Martins, homem importante em Minas e, sobretudo, na capital Ouro Preto. Ao longo de sua vida, ocupou diversos cargos na administração provincial. Homem de letras, Martins foi responsável pela organização, publicação e distribuição do “*Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*”, impresso na corte

imperial, desde 1865, e dedicado ao Imperador.⁵ Em 1873, Martins ocupava interinamente a ilustre posição de inspetor geral da instrução pública, maior cargo “*deste importante ramo do serviço público*”. Mais de quarenta anos depois da promulgação da lei da instrução pública mineira, este distinto “*empregado público*” iria se referir ainda com entusiasmo aos primeiros esforços empreendidos em Minas no sentido da expansão das luzes da civilização e da instrução a todo o povo.

Aos 14 de dezembro de 1872, o inspetor enviava ao presidente da província, Senador Joaquim Floriano de Godoy, o relatório no qual dissertava sobre o estado da instrução, suas necessidades e, no seu entender, seu futuro. No relatório do inspetor Antônio de Assis Martins, um dos pontos enfatizados pelo eminente filho de Minas, após longa descrição formal dos números da instrução, é a tradição vanguardista de seu “*torrão natal*” no caminho do progresso e da civilização. Para justificar essa afirmação, Martins escolhe a opção retórica de “*rememorar factos que muito honrão a minha pátria*” (RPPMG, 1873, p.13).

Assim, nosso inspetor inicia sua defesa do caráter progressista da província de Minas buscando referenciar esta tradição tanto no movimento da Inconfidência Mineira, quanto na recepção da Independência pelos mineiros: “*O primeiro brado de independencia echoou junto às fraldas do Itamonte nesta Provincia; Minas foi*

⁵ De acordo com a descrição feita por Maria Francelina Ibrahim Drummond, na apresentação à edição fac-similar de outra destas publicações, o “*Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do município de Ouro Preto*”, publicado por Manuel Ozzori, em 1890: “permitindo-se uma linha editorial variada que atingisse diversos tipos de leitor, o almanaque se propunha à divulgação de “cultura geral”, conhecimentos práticos, técnicos e habilidades que o situavam como intermediário entre o jornal e o livro. Ele terá impulsionado a difusão da leitura e a formação de um público menos afeito às publicações analíticas, geralmente identificadas a grupos de interesse político e associativo. Sob esses aspectos, o almanaque tinha parentesco próximo com os periódicos subtitulados *literários, imparciais, científicos e noticiosos*, geralmente recreativos e de circulação dominical, que surgem na imprensa de Ouro Preto a partir da década de 1840”. Ver: OZZORI, 1890.

pressurosa em applaudir o brado do Ipiranga.”(RPPMG, 1873, p.13)

Em seguida, Martins continua sua louvação a Minas Gerais buscando enaltecer as suas virtudes materiais. Diz o inspetor:

Em Minas teve lugar o primeiro ensaio de exposição da indústria. Foi nella que a indústria manufactureira achou o primeiro acolhimento, como attestão as cartas régias, que barbaramente mandarão quebrar as fabricas de linho de S. José d’El-Rei, de panno saragoça de Barbacena, de chitas, algodões e lãs de diversos pontos.

Foi nesta capital, e ainda em tempos coloniaes, que se fundirão os primeiros typos e se fabricou a primeira imprensa que teve o Brazil, e na qual se imprimio algumas obras, e no volver dos tempos um pequeno jornal, cujos exemplares, parece que de todo desaparecerão, – Abelha do Itacolomy.(RPPMG, 1873, p.14)

Também os filhos de minas, “*homens notaveis do Brazil*”, “*a quem a Europa culta tributa respeitosa homenagem*” foram lembrados na argumentação afervorada deste ufano mineiro. Tudo isto era posto na narrativa de Martins no interesse “*patriótico*” de demonstrar que Minas, sua “*desditosa Provincia tem tido sempre a iniciativa no progresso.*” (RPPMG, 1873, p.14)

Naturalmente, o ilustrado inspetor, autoridade maior da instrução pública na província, não deixaria de exaltar aquele ramo do serviço público cuja direção lhe fora confiada. Assim, ao rememorar os inícios da instrução pública em Minas, ainda na década de 1830, Martins enfatiza mais uma vez a proeminência dos mineiros no caminho da civilização, indicando como sinais do progresso as leis e a educação. A província Minas Gerais, nos narra o inspetor,

Foi a primeira que decretou uma organização robusta para a instrucção publica, e na lei n.13 e regulamento n.3 mostrou que estava a par do progresso dos povos mais cultos do mundo.

A lei de estradas, e muitas outras que se encontram nos primeiros volumes da nossa legislação, e que servirão de modelos para as suas irmãs, attestão que marchava na

vanguarda da civilização brasileira, e que de coração seus filhos amavam as liberdades patrias e querião a realização completa dos salutareis preceitos da carta constitucional. (RPPMG, 1873, p.13-14)

A narrativa da glória de Minas na esteira do progresso pelo testemunho de Martins revela como os agentes envolvidos na organização da instrução pública entendiam e buscavam representar a educação como um valor civilizatório e modernizador. Deste modo, ter uma “*organização robusta para a instrução pública*” era tão importante para a província quanto a indústria, a imprensa e as leis.

Contudo, é importante ressaltarmos também que nos mesmos discursos em que propagandeavam a tradição vanguardista da província e o amor às letras do povo mineiro, nossos atores políticos não deixavam de apontar para as mazelas da instrução pública em Minas Gerais. Em diversos desses textos, elencam-se empecilhos para o melhor desenvolvimento do ensino público, como a má formação do professorado, a falta de recursos financeiros destinados à organização do sistema, as longas distâncias e dificuldades de acesso aos lugares mais longínquos, a falta de fiscalização de professores e escolas, dentre outros. Entretanto, todos esses entraves aparecem como dificuldades imanentes à história do Brasil e essencialmente de ordem material, portanto entendidos como superáveis na medida em que a província permanecesse no rumo da civilização.

Em 1876, outro inspetor geral da instrução pública, Leonidas Marcondes de Toledo Lessa, apresentava em seu relatório enviado ao Barão da Vila da Barra, presidente da província, uma crítica contundente à grande profusão de leis sobre a instrução que, no seu entender, eram marcadas por “*falta de uniformidade, de homogeneidade de disposições, de harmonia e simplicidade*”. Não obstante, reconhecia que as ideias que as baseavam – a saber, instrução obrigatória, livre e gratuita – “*exprimem, entretanto, a última palavra da civilização a respeito da instrução pública, e encerram o segredo da transformação social pela educação e pela vir-*

tude”. Em vista das dificuldades que ele mesmo apontava, afirmava o inspetor que “*Cumpra superar essas resistências conquistando-lhe todo o terreno que as circunstâncias permitirem, e o estado do paiz.*” (RPPMG, 1876, p.86)

Vê-se, deste modo, que nas páginas dos relatórios escritos e lidos pelos presidentes, vice-presidentes e demais agentes envolvidos na administração da província de Minas Gerais estão contidos uma série de discursos políticos acerca da importância da instrução pública, das dificuldades da sua implementação na província e da sua característica de signo e símbolo de civilização e progresso. Para além de informações referentes aos números da instrução, à organização de instituições escolares, aos métodos de ensino aplicados, dentre outros temas, a partir dessas fontes é possível acompanhar a importante trajetória da construção de um discurso positivo sobre a instrução e seu papel de civilização da sociedade oitocentista.

Considerações finais

O discurso contido nas falas desses atores políticos envolvidos na organização do sistema da instrução pública de Minas Gerais não permite pressupor e de modo algum sugerir uma generalização e uma homogeneidade em toda a sociedade mineira acerca do valor simbólico da instrução. Entretanto, a forma de tratamento do tema, que encontra correspondência em falas de outros sujeitos contemporâneos, como professores e ex-alunos de instituições de ensino na capital da província, sugere ao menos um forte esforço de construção e difusão de uma representação da instrução enquanto um valor civilizatório e, de outra parte, da província de Minas como lugar de civilização.

Se retomarmos o argumento de Rémond e consideramos os discursos, as imagens retóricas e as representações como partes determinantes na orientação das práticas políticas dos homens no tempo, vemos como se faz necessário refletir sobre a potencialidade

dessas falas enquanto vestígios de uma discussão política datada, bem como sobre sua influência na organização da educação pública na província de Minas Geirais.

A que serveria a construção da imagem de uma província civilizada e de um povo “amante dos estabelecimentos literários”? Em que medida estes recursos foram utilizados para o convencimento de pessoas e governos acerca do valor da instrução? Até que ponto estas ideias eram compartilhadas para além dos púlpitos da Assembleia Legislativa e circulavam no espaço público?

Essas são questões que somente poderão ser discutidas de forma mais aprofundada na medida em que a análise destes documentos se desenvolva. Entretanto, em meio a essas dúvidas, emerge uma convicção: os discursos políticos em torno da organização da instrução pública em Minas, bem como as representações construídas por meio dele, constituem um material importante para a compreensão sobre o objeto da história da educação e precisa ainda ser estudado com atenção aos detalhes reveladores.

* * *

Referências

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. *A Organização da Instrução Pública em Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1899)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CARDOSO, Teresa. A construção da Escola Pública no Rio de Janeiro imperial. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 5 jan./jun. 2003.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas de instrução pública*. São Paulo: EDUSP/ Saraiva, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “A educação brasileira e sua periodização”. In *Revista Brasileira de História da Educação*, n.º 2, jul. - dez. 2001, pp.137-151

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo(Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; RESENDE, Fernanda Mendes. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos presidentes da província. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº2. Jul./ Dez.2001

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Escolarização na Província. In: REZENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais – A Província de Minas*. Volumes II. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

FONSECA, Marcus Vinícius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. Tese de Doutorado em Educação – Área de concentração História da Educação e Historiografia, São Paulo, USP, 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. (Org.) *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edções, 2011.

GOUVEIA, Maria Cristina. Mestre: Profissão Professor (a): processo de profissionalização docente na Província Mineira no Período Imperial. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº2 jul./dez. 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 05-27, 1988

MATTOS, Ilmar Rohlof de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSA, Walquíria Miranda. Instrução Pública e formação de professores em Minas Gerais (1825-1852) In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº6, jul/dez, 2003.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. (orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. A Escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, 2002.

Leis

BRASIL. *Lei Geral de Ensino, de 15 de outubro de 1827*. Manda Criar Escolas de Primeiras Letras em todas as Cidades, Vilas e Lugares mais Populosos do Império. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692_publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em 12/09/2018.

MINAS GERAIS. Lei n. 13 de 28 de março de 1835. *Livro da Lei Mineira*. Arquivo Público Mineiro. Coleção Leis Mineiras (1835-1899)

MINAS GERAIS. Lei n. 1.769 de 4 de abril de 1871. *Livro da Lei Mineira*. Arquivo Público Mineiro. Coleção Leis Mineiras (1835-1899).

Relatórios

“Relatorio Apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente o Illm. e Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho”. Disponível em: http://ddsnnext.crl.edu/titles/171?fulltext=&item_id=3770#?c=4&m=57&s=0&cv=0. Acesso em 15/10/2018.

“Relatorio que Apresentou ao Exm^o Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes Dr. Francisco Leite da Costa Belem por ocasião de lhe passar a Administração em 20 de Abril de 1872.” Disponível em: http://ddsnnext.crl.edu/titles/171?fulltext=&item_id=3830#?c=4&m=61&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1215%2C-1%2C4461%2C3147. Acesso em 15/10/2018.

“Relatorio com que o Exm. Sr. Senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de Janeiro de 1873 passou a administração da Provincia de Minas Geraes ao 2^o vice-presidente Ex. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem por ocasião de retirar-se para tomar assento na Camara Vitalicia. Anexo 21 – Relatorio do Inspector geral interino da Instrução Pública Antônio de Assis Martins”. Disponível em: http://ddsnnext.crl.edu/titles/171?fulltext=&item_id=3832#?c=4&m=64&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1593%2C-505%2C5152%2C3634. Acesso em 15/10/2018.

“Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária de 1876 pelo presidente da Provincia Barão da Villa da Barra. Anexo 4 – Relatório do Inspector Geral da Instrução Pública Leônidas Macondes de Toledo Lessa”. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/171?fulltext=&item_id=3776#?c=4&m=69&s=0&cv=0&r=0&xywh=-675%2C-100%2C2820%2C1989. Acesso em 15/10/2018.

Outros

OZZORI, Manoel. *Almanack administrativo, mercantil, industrial, scientifico e litterario do Município de Ouro Preto: anno 1 - 1890*. Apresentação de Maria Francelina Ibrahim Drummond. Belo Horizonte, Mazza Edições, 1990
“*Almanak Administrativo Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do Ano de 1872 para servir no de 1873*, organizado e redigido por Antônio de Assis Martins”.

Recebido em 25 de novembro de 2018.
Aprovado em 15 de janeiro de 2019.